



Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão

Brisa Pozzi de Sousa

Resumo: Aborda a necessidade de discutir a fundamentação sobre a temática Política de Representação Descritiva. A metodologia consiste na forma exploratória que cubra a referida temática e os resultados demonstram reduzido número de publicações sobre o assunto. A área de Catalogação, ao estar atrelada aos instrumentos adotados em bibliotecas, delimita-se na prática do fazer e, comumente, na execução das normas de catalogação. Uma nova dimensão precisa ser assumida e o desafio consiste em alinhar as segmentações e generalizações do processo empírico aos aportes teóricos.

Palavras-chave: Política de Representação Descritiva. Catalogação – Fundamentação de Política. Bibliotecas – Política de Catalogação.

1 INTRODUÇÃO

O catálogo é uma ferramenta relevante de busca e recuperação da informação e oriundo do processo de catalogação em bibliotecas que tangencia a representação de documentos que compõem os acervos.

No contexto da catalogação como processo, dois tipos de representação são discutidos. De um lado, a descritiva, que abrange os aspectos de forma, incluindo apontamentos dos elementos físicos, ponto de acesso e localização para identificação do documento, também denominada catalogação descritiva. De outro, o tratamento de assunto ou de conteúdo, que provém à caracterização temática, a partir dos assuntos do documento que se pretende registrar.

Considera-se o referido processo intelectual e não técnico e, portanto, opta-se pela nomenclatura tratamento da informação (SOUSA, 2012). Nesse entendimento são constituídos os registros de informação que são produtos da representação de documentos,



podendo corresponder a este por inteiro, suas partes, ao seu conjunto, ou até mesmo aos seus dados (ORTEGA, 2011).

É compreendido que as normas para a padronização dos registros de informação desempenham papel crucial nos catálogos, pois se não houver critérios e padrões previamente definidos, o processo não atingirá o objetivo de dispor um acervo organizado. Dessa maneira, o processo de catalogação encontra-se atrelada aos instrumentos que padronizam regras catalográficas, como por exemplo, o Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição (CCAA2), em inglês *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2) porém, se observa a necessidade de perpassar outros níveis de interpretação, para além do Código.

Com isso, esse trabalho investiga o objeto concreto denominado Política de Representação Descritiva e, como objeto teórico, a reflexão sobre sua fundamentação. Tem como base o resumo submetido no XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação realizado de 21 a 24 de julho de 2015, na cidade de São Paulo.

Para fins de esclarecimento, adotar-se-á catalogação para referir-se ao processo e Catalogação, com a letra inicial maiúscula, para indicar a área. O real desejo é que a referida área não seja enfiada “[...] aos estreitos limites das fichas 7,5 x 12,5” (MODESTO, 2007, p. 2) e, tão pouco, discutida apenas em relação aos padrões de metadados, tal como o formato Marc (*MAchine-Readable Cataloging*). Não é objetivo aviltar qualquer elemento que caracterize a área, mas sim incitar análises que venham corroborar para sua fundamentação.

Também se compreende que da ficha catalográfica ao catálogo informatizado o processo continua o mesmo, mas a diferença está na possibilidade da rapidez de acesso por meio eletrônico. Assim, os fundamentos tanto do manual quanto do automatizado centram na Catalogação, todavia se percebe que a área é delimitada pela normatividade, por conta dos padrões utilizados para representação.



2 CONTEXTO E PERCURSO

Em relação ao termo política, fez-se um breve apanhado sobre seu significado. De acordo com Bethlem (1981) na língua inglesa existem dois termos para diferenciar política, *policy* - referente à administração de empresas - e *politics* - referente à arte e ciência de governar. Na língua portuguesa, porém, existe um único termo para abranger os dois significados.

Oliveira (2012) afirma que as políticas são aplicadas em situações repetitivas da prática considerada e possui o objetivo de refletir e interpretar desafios, metas e objetivos e estabelecer limites ao planejamento estratégico. Para Bio (1985, p. 53) “políticas são 'decisões futuras', ou 'são orientações preestabelecidas para a tomada de decisões no sentido dos objetivos, ou, ainda, 'são guias de raciocínio planejados para a tomada de decisões repetitivas no sentido dos objetivos' ”.

Ainda segundo Oliveira (2012) é possível definir três tipos de classificações para as políticas. A primeira é quanto à forma de divulgação, que se divide em explícitas, que correspondem a afirmações ou posições escritas ou orais, e implícitas, que correspondem a situações em que a política não é formalizada, pois não é escrita ou falada.

O segundo tipo de classificação é relacionado à divisão quanto a sua abrangência. Subdividem-se em: políticas gerais, representando leis ou princípios fundamentados na filosofia de atuação da empresa e as políticas específicas, representando leis e os princípios que devem ser considerados por uma área específica da empresa (OLIVEIRA, 2012).

O último tipo está relacionado às fontes de conceituação, em que as políticas podem ser classificadas em:

- a) Políticas estabelecidas: são as provenientes dos objetivos, desafios e metas da empresa e são estabelecidas pela alta administração com a finalidade de orientar os subordinados em seu processo de tomada de decisões. Normalmente, correspondem a questões estratégicas ou táticas. [...]
- b) Políticas solicitadas: são os resultados das solicitações dos subordinados aos executivos da alta administração da empresa, tendo em vista a necessidade de



obter orientações sobre como proceder em determinadas situações. Normalmente, correspondem a questões operacionais. [...]

c) Políticas impostas: são as provenientes de fatores que estão no ambiente da empresa, tais como governo, sistema financeiro, sindicatos etc. Normalmente, correspondem a questões estratégicas. [...] (OLIVEIRA, 2012, p. 234).

Para caracterizar as políticas, Bio (1985) assinala alguns pontos, como: as políticas definem caminhos até os objetivos, permitem arbítrio, não definem estabelecimentos de procedimentos ou a definição de responsabilidades e funções, devem refletir o desejo da administração e devem ser aplicadas aos casos semelhantes e não a um caso específico.

De acordo com o exposto, percebe-se que as políticas são direcionamentos estruturados que corroborem com a padronização. Apoiando-se no próprio AACR2, observa-se a necessidade de políticas que auxiliem o processo, pois

0.7. Algumas regras são designadas como *regras alternativas* ou *acréscimos opcionais*; outras regras ou partes delas são introduzidas pela palavra *opcionalmente*. Essas medidas decorrem do reconhecimento de que, em contextos diferentes, podem ser dadas soluções diferentes para um mesmo problema, bem como adotados níveis distintos de detalhamento e especificidade. Algumas alternativas e opções devem ser definidas como parte da **política de catalogação** para um determinado catálogo ou agência bibliográfica e, uma vez estabelecidas, devem ser sempre aplicadas. Outras alternativas e opções devem ser definidas conforme o caso. (CÓDIGO DE CATALOGAÇÃO ANGLO-AMERICANO, 2004, p. 2, parte I, itálico do código e negrito nosso).

Ao retomarmos os tipos de catálogos manuais, Mey e Silveira (2009, p. 188) retratam “[...] duas categorias: aqueles destinados ao público – denominados externos – e aqueles destinados aos serviços bibliotecários – os internos ou auxiliares.” Dentre os catálogos internos, que subsidiam as atividades de catalogação, encontra-se o catálogo decisório. Este, por sua vez,

[...] se torna indispensável aos catalogadores, tanto em ambientes manuais como automatizados, uma vez que registra todas as decisões e suas justificativas, quanto à catalogação e aos catálogos. Assim, permite a continuidade do trabalho, mesmo que mudem os responsáveis pelo setor. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 202).



Torna-se evidente a necessidade do uso de instrumento que balize o processo de representação, quer se utilize o catálogo decisório ou a política. Ao evidenciar que a história da Catalogação está intimamente relacionada à própria história da normalização das regras catalográficas, constata-se que o processo é vinculado puramente ao Código. Nesse trabalho, não compete discussão nem das regras e, tão pouco, do próprio Código, mas destacar a necessidade de questionar o assunto política para a Catalogação.

Percorrendo o caminho de definições, parece simples o resgate, entretanto não se trata de univocidade ou busca por um único padrão. Para compreender como decorre a discussão sobre o assunto, foi realizado levantamento de artigos sobre Política de Representação Descritiva no Portal Capes, com os seguintes termos de busca em português e, respectivos, em inglês e espanhol: política de catalogação, política de representação descritiva, política de representação da informação; *cataloguing policy/cataloging policy, descriptive representation policy, information representation policy; política de catalogación, política de representación descriptiva e política de representación de la información*. As buscas foram realizadas em 3 bases, a saber: *Information Science and Technology Abstracts (ISTA)*; *Library, Information Science & Technology Abstracts (LISTA)*; e na *Library and Information Science Abstracts (LISA)*. Também foi realizada busca na base BRAPCI (Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação).

O pressuposto básico do trabalho consiste na necessidade de fortalecer a literatura brasileira sobre o tema Política de Representação Descritiva. Como o objetivo perfaz a investigação por um viés teórico, a metodologia consiste na forma exploratória de conceitos e processos documentários que cubram a Representação Descritiva. “Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema.” (TRIVIÑOS, 1987, p. 109). Na próxima seção, segue o resultado do levantamento.



3 DELINEAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Formas para o tratamento da informação no processo de catalogação foram surgindo conforme a necessidade de padronizar a representação dos documentos que constituem os acervos de bibliotecas. Dessa forma, a representação é pautada pela égide de regras.

Fiuza (1980) baseada em Grose e Line (1968)¹ destaca que as discussões sobre Catalogação centram nos padrões, ao invés de princípios e, aproveitando este direcionamento observa-se a problematização que necessita ser discutida no âmbito da área e, não somente, enquanto processo.

Também parte-se do pressuposto que anterior ao processo de tratamento tem-se que considerar os fundamentos que permeiam as políticas, pois são ferramentas que apoiam as distintas possibilidades de abordar a organização da informação.

A literatura brasileira sobre Política de Indexação destaca-se com as pesquisas realizadas na Unesp campus de Marília (RUBI; FUJITA, 2003; GUIMARÃES, 2004; RUBI, 2004; 2008; FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009; GIL LEIVA; FUJITA, 2011; DAL'EVEDOVE; FUJITA, 2013) porém, constata-se Carneiro (1985) como a percussora. Todavia, as publicações sobre políticas que fundamentem a abordagem descritiva são escassas e, assim, a motivação de buscar entendimento.

Sem bases metodológicas, a área sofre prejuízos nas discussões teóricas e, de forma concomitante, atinge o ensino na graduação, como também o desenvolvimento das bibliotecas nas atividades de tratar, recuperar e dispor informações em diferentes contextos.

Levando em consideração

Si desde la enunciación clásica de Cutter, el catálogo es el instrumento bibliográfico por antonomasia y sus objetivos, han sido repetidos, desde entonces, aunque con pequeños cambios, multiplicidad de veces em todas las culturas, no existe otra fuente más originaria para conocerlo. Cutter afirmó, que el primer

¹ GROSE, M. W.; LINE, M. B. On the construction and care of white elephants; some fundamental questions concerning the catalogue. **The Library Association Record**. London, n. 70, p. 2-5. jan.1968.



objetivo del catálogo es facilitar la localización de un libro del que se conoce su autor, título o materia. Luego, la Catalogación, será el proceso de elaborar el catálogo. Es decir, el proceso de describir los elementos informativos que permiten identificar un documento y de establecer los puntos de acceso que van a permitir recuperarlo por el título, autor o materia que se conocen de antemano. (GARRIDO ARILLA, 1999, p. 25).

Charles Ami Cutter publicou em 1876 Regras para um Catálogo Dicionário (*Rules for a Dictionary Catalog*) e segundo Mey e Silveira (2009, p. 71) “[...] sua obra é na verdade uma declaração de princípios. As regras são entremeadas com os porquês das soluções e com observações diversas, às vezes irônicas.” Entretanto, incita-se o fato de quantos porquês ainda necessitamos teorizar.

White (1993, p. 257-258) em artigo com título instigante – Fazemos, fazemos, fazemos e não sabemos porque: as práticas de catalogação clamam por uma reavaliação – evoca Mortimer Taube² para explicar:

[...] entendia que muitos dos procedimentos usados na catalogação descritiva e na análise de conteúdo resultavam de realidades políticas e econômicas, concernentes ao catálogo em fichas 7,5 x 12 cm. [...] Temia, particularmente, que a mecanização da catalogação se limitasse exclusivamente à conversão das regras de catalogação para a máquina – uma tática que ele considerava possível, porém desperdiçada.

Se levarmos em consideração que o catalogador é um mero aplicador de regras, quer seja utilizando o catálogo de ficha manual ou automatizado limitaremos, por conseguinte, a Catalogação a um fazer. Não cabe desvincular a importância que a área desempenha na organização da informação, mas seria interessante iniciar a “desconstrução de um certo olhar” (ORLANDI, 1990). Tal desconstrução leva-nos a indagar como estão atrelados os sentidos da representação na Catalogação.

² Atuou como diretor de várias instituições, dentre elas a Biblioteca do Congresso Americano e foi professor da Universidade de Chicago e da Universidade de Columbia. Foi o responsável pela indexação coordenada na utilização do sistema unitermos. Para mais detalhes, ver: DAVIS, D. **Dictionary of American Library Biography**: second supplement. Connecticut: Libraries Unlimited, 2003.



Para que a discussão sobre políticas seja problematizada, ressalta-se o movimento do fenômeno informacional e, de acordo com González de Gomes (1999, p. 1)

[...] não parte de uma definição única de informação, comum a todos, mas pergunta acerca da singularidade que especifica o que é informação para cada agente (individual ou coletivo), destacando, assim, os diferenciais da informação. Para a autora, é um ator social que indica em que caso a informação é o caso, ao mesmo tempo que, para construir um valor informacional, busca elementos em sua experiência, suas redes de interações e em sistemas armazenadores de artefatos informacionais que, nas sociedades modernas e contemporânea, se desenvolvem de modo hegemônico ou monopolista. Considerando que para estes agentes singulares a informação só se dá como tal na ação informativa (torna-se testemunha para uma ação específica), a informação é observada tendo-se em vista o conceito de regras (que observa-a do ponto de vista semântico), de contratos (que a observa do ponto de vista metainformacional) e de modelos (que a observa do ponto de vista dos artefatos de informação).

Considerando que as regras fazem parte da Catalogação, inclusive no tocante ditado pelo AACR2, em levantamento realizado na literatura constatou-se que pouca pesquisa é realizada sobre o assunto e, inclusive, em relação a publicações que apontem sentido aos limites que a área alcançou. Nas buscas avançadas realizadas nas bases com as palavras-chave mencionadas, 22 artigos foram recuperados, mas na leitura dos resumos apenas 2 foram selecionados por abordar de alguma maneira o foco de interesse.

O primeiro artigo (BYRUM JUNIOR, 2000) focaliza o estudo no crescimento do interesse internacional do AACR2 e na importância de se criar uma política que contribua para a normalização. O segundo (BANUSH; LEBLANC, 2007) aponta como novas Políticas de Representação Descritiva podem contribuir para diminuir o acúmulo e os custos da catalogação quando os recursos são escassos, a partir de uma abordagem utilitarista.

De acordo com Byrum Junior (2000) a catalogação tem por objetivo conectar usuários da biblioteca com os materiais de seus interesses. Para atingir esse objetivo, nem sempre os mesmos princípios eram compartilhados pelos catalogadores. Segundo o autor, ao longo dos anos, vários instrumentos - como códigos, tesouros, esquemas de classificação



- têm proliferado, e mesmo dentro de uma única tradição, como o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR) é possível encontrar alternativas e opções autorizadas, bem como práticas locais ou interpretações institucionais. Algumas explicações podem ser encontradas de forma a justificar essas “exceções”, como por exemplo, a complexidade de aplicação das regras de catalogação e por não atender de forma satisfatória as necessidades dos usuários (BYRUM JUNIOR, 2000).

Nos últimos 25 anos, no entanto, a profissão de catalogador passou a ser mais interdependente, criando “a necessidade de um maior acordo na aplicação de políticas comuns de catalogação e as mesmas regras e interpretações, a fim de compartilhar a catalogação” (BYRUM JUNIOR, 2000, p. 115, tradução nossa).

Byrum Junior (2000) utiliza o AACR2 como exemplo de como a rede bibliográfica global emergente está proporcionando uma maior uniformidade nas práticas de catalogação, não somente nos países de língua inglesa, mas também em outros locais, como países Europeus, do Oriente Médio e da América Latina. De acordo com o autor supracitado, o AACR2 tem a capacidade de se ajustar às novas circunstâncias, através de processos de revisão para aprimorá-lo e atualizá-lo e é considerado bem sucedido a nível internacional por ter, como base, normas internacionalmente desenvolvidas, como por exemplo, as decisões dos Princípios de Paris e da Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada (ISBD). A crescente utilização do AACR2 também pode ser explicada pela maior atenção dada na segunda edição às “considerações internacionais”, tendo como resultado:

- AACR2 coloca maior ênfase no uso de romanização sistemática, em vez de versões romanizadas de palavras encontradas no item sendo catalogado.
- AACR2 autoriza uma agência de catalogação para substituir qualquer tabela de romanização padrão prevalecente em seu país para a romanização ALA/LC que é usada para ilustrar exemplos.
- AACR2 recomenda *Nomes de Pessoas* na publicação do IFLA para uso como uma fonte de informação para nomes não tratados pelas regras.
- AACR2 fornece uma representação aumentada de línguas estrangeiras entre os exemplos dados para ilustrar as aplicações de regras.



- AACR2 autoriza uma agência de catalogação que usa um idioma diferente do Inglês para substituir essa linguagem em todas as regras, sempre que as regras darem uma preferência por uma forma de nome em Inglês.
- AACR2 abstém-se deliberadamente de se referir às práticas de bibliotecas nacionais como as Interpretações de Regras da Biblioteca do Congresso, a fim de promover o interesse mais universal nas regras. (BYRUM JUNIOR, 2000, p. 115, tradução nossa).

Ainda de acordo com o autor, o aumento do interesse internacional pelo AACR2 pode implicar na promoção de adaptações das políticas e práticas de catalogação, podendo resultar em um maior número de alternativas do que as presentes no Código, o que torna, para alguns profissionais, o instrumento mais rico e flexível, entretanto outros profissionais consideram esse fato uma ameaça para a normalização.

Banush e LeBlanc (2007) levantam a questão de como as instituições acadêmicas e de pesquisa devem agir com o surgimento de novas tecnologias enquanto mantêm ou melhoram os serviços tradicionais prestados pelas bibliotecas. De acordo com os autores, uma série de obstáculos que tornam as mudanças difíceis são encontrados, como: recursos financeiros limitados, ritmo lento de mudança nas bibliotecas acadêmicas, escassez de especialistas em tecnologia da informação; pressões do corpo docente e fatores culturais, políticos e técnicos. Reg Carr (2004 apud BANUSH; LEBLANC, 2007) direciona que os serviços das bibliotecas devem se ater aos desejos dos usuários e serem feitos todos os esforços para atingir esses desejos, ainda que estejam em conflito.

Serviços de catalogação comumente são serviços de alto custo, mesmo em ambientes de bases de dados bibliográficas compartilhadas, ferramentas de catalogação mais sofisticadas e de catalogação cooperativa e, por isso, a administração das bibliotecas acabam alocando recursos financeiros e humanos em outros fins (BANUSH; LEBLANC, 2007).

A falta de apoio à catalogação ocasiona consequências negativas como inconsistência no banco de dados e acesso reduzido aos documentos. De acordo com Banush e LeBlanc (2007) catalogadores de algumas bibliotecas têm mantido suas práticas tradicionais, ainda que desafiando metas políticas gerais das instituições, de modo a



minimizar essas consequências, tendo como resultado emprego de mais tempo na realização do trabalho e acúmulo de documentos.

Com vista no exposto, Banush e LeBlanc (2007) pretendem fornecer um arcabouço filosófico para escolhas feitas sobre as prioridades da biblioteca e políticas de catalogação a partir de noções do utilitarismo. O utilitarismo, de acordo com Bentham (1996 apud BANUSH; LEBLANC, 2007, p. 99, tradução nossa) é “a base moral em que o direito moderno e o governo se baseiam” e compreende três axiomas: a busca da maior felicidade para todos, a definição de felicidade como o prazer e ausência de dor dos seres sensíveis, e o princípio de imparcialidade. De acordo com Banush e LeBlanc (2007) o utilitarismo clássico entrou em declínio, porém teve seu retorno com o utilitarismo liberal na segunda metade do século XX.

Esta nova corrente desloca o foco de maior felicidade para o de maior necessidade, onde a “satisfação da necessidade” da comunidade em geral é o que está em jogo, no entanto respeita-se certa hierarquia de necessidades (BANUSH; LEBLANC, 2007). Os autores estabelecem um paralelo das diretrizes utilitárias liberais com as práticas de triagem médica, caracterizadas como técnicas para priorizar o tratamento dos pacientes quando os recursos são limitados, como em guerras e outros desastres.

Banush e LeBlanc (2007) propõem levar esses princípios do utilitarismo para o universo das bibliotecas e, desta forma, convém as referidas separarem o desejo dos usuários das necessidades desses, separar satisfação das necessidades básicas e a satisfação das necessidades básicas menores. “Para um ambiente em que os recursos são limitados [...], necessidades devem triunfar sobre desejos e as necessidades básicas devem ter precedência sobre as necessidades menos básicas” (BANUSH; LEBLANC, 2007, p. 100, tradução nossa).

Ainda de acordo com os referidos autores, dada a expansão da esfera informacional (*infosphere*), diversas bibliotecas tem utilizado recursos de triagem de emergência. Essa triagem “trata-se de uma decisão sobre quanto tratamento um



determinado item precisa, seja agora, mais tarde, ou talvez nunca mais, dentro do contexto de prestar um acesso adequado ao maior número de itens” (BANUSH; LEBLANC, 2007, p. 101, tradução nossa). Para auxiliar essas decisões, faz-se necessário o uso de uma política de catalogação bem estruturada.

Banush e LeBlanc (2007) esclarecem suas ideias utilizando como exemplo o caso da Biblioteca da Universidade de Cornell (*Cornell University Library - CUL*). De acordo com os autores, por não existir nenhuma estratégia para reduzir ou eliminar itens com atraso, em 1994, o acúmulo de trabalho no setor de catalogação da CUL ultrapassava 175.000 itens. As políticas de catalogação da universidade, na época, exigiam um nível de catalogação abrangente para todos os itens recém-recebidos e, mesmo títulos com cópias já processadas, passavam por análise considerável pela equipe de alto nível antes de serem enviados para as pilhas, fazendo com que o tempo de resposta e o custo de catalogação aumentassem (BANUSH; LEBLANC, 2007).

Em 1996, com a chegada de uma nova bibliotecária na universidade, mudanças nas prioridades e nas políticas de catalogação foram anunciadas. Esforços de digitalização e de acesso eletrônico foram postos no centro das novas iniciativas, bem como novas divisões foram criadas para atender às necessidades dos usuários (BANUSH; LEBLANC, 2007).

Em 1997, mudanças foram implementadas nas políticas de controle bibliográfico da CUL. Buscava-se diminuir e eliminar o material acumulado, enquanto se reduziam os custos das operações de serviços técnicos. Criaram-se etapas para reduzir o material acumulado, aumentar a produtividade dos catalogadores e empregar automação do fluxo de trabalho de catalogação (BANUSH; LEBLANC, 2007). Os princípios orientadores foram:

- (1) títulos com ficha catalográfica preexistente devem ser considerados completamente catalogados e deslocados para as prateleiras tão rapidamente quanto possível;
- (2) métodos de processamento automatizados deveriam ser empregados sempre que possível;
- (3) nem todos os registros de catálogo requerem necessariamente o mais completo arranjo de componentes descritivos, nome e de acesso por assunto; e
- (4) os acúmulos de trabalhos atrasados de catalogação já não eram uma opção. (BANUSH; LEBLANC, 2007, p. 104, tradução nossa).



De acordo com Banush e LeBlanc (2007) a estratégia tomada pela CUL foi bem-sucedida para atender aos objetivos maiores da divisão e da biblioteca. Em outubro de 2003 o acúmulo foi oficialmente eliminado, a produtividade do catalogador aumentou e os custos gerais de catalogação diminuíram. Apesar destas vantagens, Banush e LeBlanc (2007) relataram algumas desvantagens como: perda de dados em registros bibliográficos individuais, diminuição no acesso e possibilidade aumentada de induzir os usuários a erro sobre a real extensão do acervo da biblioteca em um dado tópico (BANUSH; LEBLANC, 2007).

Independente da aceitação dos fatos relatados nos artigos torna-se necessário refletir sobre o lugar da Catalogação, da normatividade, das necessidades dos usuários, do produtivismo no processo, dentre outros tópicos. Como aponta Mey (2005, *on-line*) as proposições “ ‘a catalogação morreu’; ‘regras não fazem sentido’; ‘nada disso é importante face às novas tecnologias’; ‘metadados são a solução’, entre outras variações” não contribuem para a edificação da área.

4 PONDERAÇÕES

Apresentou-se resultado do levantamento que aborda o assunto Políticas de Representação Descritiva e, é nítido, o reduzido número de publicações que buscam fundamentar a temática. Nessa direção, considera-se também, ausência da problematização do assunto, pois a Catalogação não pode estar vinculada apenas a prática. Compreende-se que o processo é coberto por normas e padrões, entretanto discutir a partir de onde essa estruturação é erguida torna-se fundamental para fortalecer a área. Se não houver reflexão e problematização, prevalece somente o fazer.

Se as regras para o processo surgiram em decorrência da necessidade de padronização dos registros bibliográficos, indaga-se sobre como é possível alimentar e unir



as discussões da Catalogação, tanto no ambiente das bibliotecas, quanto das pesquisas, pois se considera vital a vinculação de ambas para o aprimoramento da discussão.

Em decorrência da escassez de publicações que fundamente o assunto Políticas de Representação Descritiva, o artigo evidencia a necessidade de investigação e, não menos importante, ressalta-se que a abordagem também deve estar presente nos direcionamentos que a Catalogação perpassa tanto no Resource: Description and Access (RDA), como também nos modelos conceituais da International Federation of Library Associations (IFLA).

Policies for representation descriptive: weightings for discussion

Abstract: Addresses the need to discuss the reasons on the subject Descriptive Representation Policy. The methodology consists of exploratory way covering the said theme and the results demonstrate reduced number of publications on the subject. The Cataloguing area, to be linked to instruments adopted in libraries, bordering on the practice of making and usually in the implementation of cataloging standards. A new dimension needs to be taken and the challenge is to align the sections and generalizations of empirical process to theoretical contributions.

Keywords: Descriptive Representation Policy. Cataloguing - Policy Grounding. Libraries - Cataloguing Policy.

REFERÊNCIAS

BANUSH, D.; LEBLANC, J. Utility, library priorities, and cataloging policies. **Libr. Collect Acquis. Tech. Serv.**, v. 31, n. 2, p. 96-109, 2007.

BETHLEM, A. Os conceitos de política e estratégia. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 21, n. 1, jan-mar, 1981.

BIO, S. R. **Sistemas de informação: um enfoque gerencial**. São Paulo: Atlas, 1985.



BYRUM JUNIOR, J. D. The emerging global bibliographic network: the era of international standardization in the development of cataloging policy. **Library Resources and Technical Services**, v. 44, n. 3, p. 114-121, 2000.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. rev. 2002. São Paulo: FEBAB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. Parte I.

DAL'EVEDOVE, P. R.; FUJITA, M. S. L. O conhecimento profissional do catalogador de assunto sobre política de indexação em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 11, n. 2, p. 21-39, maio./ago. 2013.

FIUZA, M. M. Funções e desenvolvimento do catálogo: uma visão retrospectiva. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 9, n. 2, set. 1980.

FUJITA, M. S. L. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, abr. 2009.
GARRIDO ARILLA, M. R. **Teoría e historia de la catalogación de documentos**. Madrid: Síntesis, 1999.

GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (ed.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, jul./dez. 1999.

GUIMARÃES, J. A. C. As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas organizações. In: VIDOTTI, S. A. G. (coord.). **Tecnologia e conteúdos informacionais: abordagens teóricas e práticas**. São Paulo: Polis, 2004. p. 43-52.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.



MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, E. S. A. Algumas questões sobre o ensino da Representação Descritiva, ou a Catalogação na berlinda. **INFO Home**, Coluna textos gerais, 2005. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=35>. Acesso em: 1 dez. 2015.

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MODESTO, F. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2007, Brasília. **Anais...** Brasília: CBBB, 2007.

ORLANDI, E. P. **Terra a vista**: discurso do confronto - velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ORTEGA, C. D. Do princípio monográfico à unidade documentária: exploração dos fundamentos da catalogação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 43-60, mar. 2011.

RUBI, M. P. **A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional**. 2004. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

RUBI, M. P. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. 169f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

RUBI, M. P.; FUJITA, M. S. L. Elementos de política de indexação em manuais de indexação de sistemas de informação especializados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 66-77, jan./jun. 2003.

SOUSA, B. P. de. **Aspectos da representação temática pela indexação de livros**: a análise de assunto e suas concepções na diversificação de áreas do conhecimento em bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). 164 f.



Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

WHITE, H. Fazemos, fazemos, fazemos e não sabemos porque: as práticas de catalogação clamam por uma reavaliação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 22, n. 2, jul./dez. 1993.

Informações da autora

Brisa Pozzi de Sousa

Docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

E-mail: brisapozzi@gmail.com

A autora agradece o empenho das bolsistas de Iniciação Científica da UNIRIO, Marina Hussak dos Santos e Jucilene Neves de Pontes, no projeto de pesquisa que aborda a temática Políticas de Representação Descritiva.

